

recuperação das exportações pode ser encontrada na própria teoria econômica, isto é, na curva J. Além desta, alguns economistas argumentam que a desvalorização foi tardia no sentido de que outros países concorrentes do Brasil em alguns mercados saíram na frente, isto é, realizaram sua desvalorização cambial antes. É preciso considerar também dois outros fatores quando se fala em expansão das exportações por parte do Brasil, são eles:

1) o comércio mundial tem apresentado um crescimento lento; e

2) o baixo preço das *commodities*.

Sendo assim, mediante a esses fatores, não é de causar estranheza o fato de o Brasil ainda não ter conseguido mostrar um crescimento convincente de suas exportações ●

<sup>1</sup> Franco (1996) manifesta a opinião de que o superávit que até então existia na balança comercial brasileira não era algo sólido, já que estava baseado exclusivamente em um câmbio desvalorizado. Para que fosse algo concreto, segundo Franco (op. cit.), tal superávit deveria refletir uma maior competitividade dos produtos brasileiros e isso só seria possível com incremento da produtividade.

<sup>2</sup> Para Fiori (1995) a estabilização que ocorreu no Brasil, bem como em outros países da América Latina, coincidiu, e não por acaso, com uma recessão mundial acompanhada por uma redução nos juros oferecida pelos países centrais. Sendo assim, na visão dele, os "computer screen of money" – expressão que Fiori "rouba" de Moisés Naim –, foram os verdadeiros responsáveis pela estabilização ocorrida na América Latina. Tendo os países da AL desregulamentado seus mercados de capitais o volume de capital externo cresceu por aqui em torno de cinco vezes possibilitando, assim, uma estabilização via valorização cambial que exigia, por seu turno, uma elevação na taxa de juros praticada. Todavia, como mencionamos, a "hiperinflação de laboratório" criada pelos economistas brasileiros, tomamos a repetir, foi algo de genial.

<sup>3</sup> Esse "paper" já foi mencionado anteriormente.

<sup>4</sup> Pode-se afirmar, sem lugar a dúvidas, que o modelo de Substituição de Importações nos deixou de herança o mais completo e integrado parque industrial da América Latina

<sup>5</sup> Hidalgo (1999) confirma que o aumento da produtividade da indústria brasileira foi uma realidade durante a década de 90. No entanto, pondera sobre o fato de não haver, entre os estudiosos do assunto, consenso sobre qual a magnitude do aumento acontecido.

<sup>6</sup> O saldo da balança comercial brasileira no ano de 2000 foi negativo. Tal comportamento pode ser atribuído aos seguintes fatores:

1) subida no preço do petróleo;

2) os produtos brasileiros mais exportados foram justamente aqueles de maior conteúdo importado;

3) o mercado interno absorveu boa parte das exportações da petroquímica, aço, papel e celulose; e

4) os preços das *commodities* ainda se encontravam reduzidos (República, 2001).

<sup>7</sup> Esta sessão se propõe a ser uma discussão teórica sobre a relação existente entre câmbio e balança comercial. Está fundamentada em Blanchard (1999), Williamson (1989) e Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto (1998).

<sup>8</sup> Comentando sobre a necessidade de se desvalorizar o câmbio Tavares (1998) pondera que tal necessidade estava ligada ao fato de se utilizar o câmbio como barreira à entrada, e o Brasil sempre se utilizou desse instrumento não para aumentar exportação uma vez que exportar, na visão de Tavares (op. cit.), se faz através de uma política específica, ou seja, através de subsídios, crédito ou com rede de comercialização. Portanto, na opinião de Tavares, uma desvalorização cambial significaria um alento para o empresário nacional já que teríamos o encarecimento do produto estrangeiro em relação ao produto nacional

<sup>9</sup> Esta sessão está fundamentada em Krugman e Baldwin (1987).

\*Ernani Araújo Filho é economista da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Teresina. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco.

## A quem interessa a continuidade da greve nas universidades públicas?

Francisco Alcides do Nascimento\*

No momento em que decidi escrever este texto, a greve nas universidades públicas federais tinha ultrapassado os noventa dias. Não pretendo discutir a justiça da greve porque sobre este ponto não existe nenhuma dúvida. Professores e servidores não recebem reajuste salarial desde que o Sr. Fernando Henrique Cardoso assumiu à Presidência da República. A motivação para esta reflexão está expressa no título. Tenho pensado muito na questão, em virtude, entre outras coisas, dos discursos que tive acesso, sejam eles escritos nos jornais e revistas de grande circulação, ou através das imagens e sons que entram por nossas casas adentro. Estes discursos, dependendo do lugar social que os autores ocupam e a posição político-ideológica que defendem, nos permitem fazer pelo menos duas leituras divergentes: a primeira é que o governo precisa cumprir as "ordens" de organizações como o FMI, por exemplo, e desta forma, precisa limitar os gastos públicos neste nível de ensino; a segunda leitura nos informa que é preciso manter o ensino gratuito no terceiro grau porque desta maneira se estará democratizando este grau de ensino para os segmentos mais pobres da sociedade.

Fiz a opção por tomar como horizonte para a escritura deste texto os setores dirigentes que estão envolvidos diretamente com a greve nas universidades públicas federais: o ANDES - Sindicato dos Professores por seu Comando Nacional de Greve e o MEC (Ministério da Educação, Cultura e Desporto) pelo Ministro Paulo Renato. Sobre este, o CNG (Comando Nacional de Greve) não poupa "elogios": "é tresloucado", "é mentiroso", "representa junto ao MEC os interesses do setor privado da educação", "é autoritário". Não sei se todos os adjetivos são merecidos. Tenho certeza de que as agressões não ajudam as partes a encontrar uma saída para a greve. Por outro lado, sei que os dirigentes do ANDES não são inocentes e conhecem os "donos do poder" porque eles estão há sete anos no comando deste país. Não acredito que só no momento da greve tenham descoberto as características atribuídas a Paulo Renato e FHC. Saliente-se que a política de engajamento do Estado no Brasil iniciou-se de forma sistemática e forte com o outro Fernando, o "caçador de marajás".

Não é novidade para aqueles que têm algum tipo de envolvimento com a ciência e a tecnologia que elas estão a pão e água já faz muito tempo, aliás, não sei quando é que foram bem tratadas pelos governantes brasileiros. Por outro lado, existem intelectuais-conselheiros do governo de FHC que defendem não o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia em nível nacional e sim a importação de produtos destas áreas, desenvolvidos nos países de primeiro mundo. O argumento central é o de que é mais barato a aquisição do

que formar quadros de pesquisadores, construir infra-estrutura e remunerar dignamente os pesquisadores. Discute-se pouco sobre isto, mas a forma como os centros de pesquisas foram tratados nos últimos anos denotam que a orientação acima tratada está sendo posta em prática.

É preciso dizer que muito dificilmente as universidades públicas ganham espaços na grande imprensa nacional, a não ser em momentos de greve como este que enfrentamos. Fala-se pouco das dificuldades cotidianas destas instituições de ensino, mesmo sendo elas as principais responsáveis pela pesquisa que se realiza no país. Mas esta distância é histórica. A sociedade que sustenta as universidades públicas sabe muito pouco a respeito delas. Acredito que se houvesse vontade política, especialmente por parte daqueles que fazem a universidade, o momento da greve poderia ser aproveitado, afinal de contas, a rotina universitária foi rompida, embora o diálogo entre sociedade e universidade devesse ser uma política desta última. Não estou defendendo que os parcos recursos que recebe fossem queimados com propaganda enganosa. Estou defendendo que as pesquisas realizadas fossem transformadas em instrumentos de melhoria das condições de vida da sociedade. Isto é feito? Então, tornem público, informem.

O distanciamento mencionado permite que integrantes do governo, no caso específico, o Sr. Paulo Renato, utilize os meios de comunicação de massa para criminalizar os professores, quando foi ele que os desrespeitou por ocasião do início das negociações. Ao autorizar a suspensão do pagamento do mês de setembro, acabou forçando o movimento grevista a solicitar a intervenção do Poder Judiciário, que concordou que um representante do MEC participasse de uma negociação que envolvia parlamentares e professores. A negociação que gerou expectativas de um acordo. Todavia no momento da assinatura o parlamentar que representava o governo rompeu de forma unilateral com as negociações. O acordo não foi assinado e o ministro assumiu uma postura de intransigência, ao negar-se, diante de uma ordem judicial, a autorizar o pagamento do mês de outubro. Também articulou-se com outros setores do governo para que tomassem atitudes conjuntas no sentido de destruir pelo alto o movimento grevista. O resultado desta postura foi o "pacote antigreve". O ministro foi desrespeitoso com a comunidade universitária ao afirmar que a universidade pública da rede federal vai desaparecer no espaço de seis anos, desqualificou os outros poderes como interlocutores com os grevistas, caso específico do Judiciário porque, na verdade, quer demonstrar que a sua autoridade precisa ser respeitada, não através da negociação e sim através da força.

**"As atitudes intransigentes do governo federal e do Andes-Sindicato demonstram a permanência da herança autoritária na formação da sociedade brasileira. Mas é preciso romper com esta herança para fortalecer a democracia."**

Do lado do ANDES-Sindicato tem-se a impressão de que os representantes dos professores "esqueceram" da "base". Em determinado momento romperam com as negociações sem consultar a categoria. Aceitaram as provocações do governo e, embora digam o contrário, têm demonstrado intransigência no momento de negociar. Fincaram o pé na incorporação do valor total da GAE (Gratificação sobre Atividade Executiva) e negaram qualquer possibilidade de negociação em torno da GED. Descartaram a tentativa de intermediação da ANDIFES, por considerar que a proposta por esta apresentada não atendia à categoria. Definitivamente, esta não é uma atitude de quem quer negociar. Esqueceram até que o movimento já obteve vitórias importantes, como a contratação de professores através do Regime Jurídico Único; concurso público para mais 2.000 professores, além daqueles dois mil já em fase de edital. Acrescente-se a isso o aceno para a criação de comissões de trabalho que deveriam estudar com profundidade a situação das universidades públicas. Tem-se a impressão de que a greve deixou de ser tratada como uma questão política que envolve centenas de professores, milhares de alunos e de pais de alunos para se transformar em "uma queda de braço entre o Renato do Ministério da Educação e o Renato do ANDES-Sindicato."

As atitudes intransigentes e autoritárias do ministro Paulo Renato que tinham a intenção de forçar os professores a voltar ao trabalho sob a chibata, como que escorçados, como quando se fala com menino malcriado, não funcionou da forma desejada, muito pelo contrário, acirrou os ânimos dos grevistas. Poderia - se fazer a seguinte pergunta: será que as atitudes do ministro podem demonstrar inabilidade política? Tenho dúvidas. As atitudes desrespeitosas do governo de FHC têm sido uma marca. E elas estão relacionadas com a forma subserviente do Poder Legislativo e de setores do Judiciário. Neste último, o governo possui porta-voz e engavetador-mor.

As manobras e artifícios do ministro para responsabilizar apenas os grevistas pela longa duração da greve são exemplos notórios de que ele sabe que a sociedade tem pequeno envolvimento com as universidades públicas. Será que o conjunto da sociedade tem consciência de que é ele que as mantém?

Não tenho condições de apontar todos os elementos que dificultam a aproximação entre a universidade e a sociedade, mas considero que o corporativismo dos servidores públicos é um elemento fundante. Tomo como exemplo a Gratificação de Desempenho Docente. Os dirigentes do ANDES sempre se manifestaram contrários à GED, por considerá-la um mecanismo "produtivista", ou seja, o professor precisa alcançar uma determinada quantidade de pontos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; por considerá-la injusta com aposentados e pensionistas, uma vez que eles só têm direito a 60% dela. Não são transparentes o suficiente para tornar público que professores com Regime de Dedicção Exclusiva, diante da defasagem salarial que os atingiu, trabalham em outras instituições, mesmo sabendo que estão infringindo à lei; não têm coragem de tornar público para a sociedade que uma parcela considerável de professores transforma a universidade em "bico" e, por essa razão, tem dificuldades de alcançar a quantidade de pontos que a GED exige. Esta parcela não tem o menor interesse que a greve acabe porque isso vai atrapalhar as suas outras atividades.

Concordo que os professores precisam ter os seus salários reajustados porque hoje o salário de um professor -doutor, em fim de carreira, não passa de mil reais. As gratificações constituem a parte maior dos ganhos dessa categoria. É um risco. Mas não posso ser contrário a um mecanismo que melhora o meu salário, avaliando minha produção durante um ano. Considero até que tal mecanismo precisa ser melhorado, mas nunca abandonado. Como disse um colega em assembleia, abandoná-lo é tratar professores de forma igual quando na realidade eles são desiguais na dedicação à universidade. Concordo que se faça reajuste linear porque os professores que estão aposentados deram parte de suas vidas para a universidade, mas não é justo que os professores que estão iniciando a carreira universitária sejam penalizados como seriam, caso a proposta de incorporação da GAE tivesse sido aceita pelo governo. É necessário encontrar um meio termo que atenda à toda comunidade universitária.

Por fim, é necessário dizer que existe uma parcela significativa de professores que ainda acredita na Universidade pública e as atitudes destes não ficam só no discurso vazio e atrasado, mesmo diante das adversidades cotidianas. Finalizo com a pergunta: a quem interessa à manutenção da greve? ●

\* Francisco Alcides do Nascimento é professor do Departamento de Geografia e História da UFPI. Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco

## A ANPUH NO PIAUÍ

por Áurea da Paz Pinheiro  
Diretora da ANPUH-PI, Professora de História/  
UFPI e Doutoranda em História Social/UNICAMP

A ANPUH foi fundada em 1961 na cidade de Marília no Estado de São Paulo. Inicialmente como Associação Nacional dos Professores Universitários de História, hoje, Associação Nacional de História, congregando não somente professores universitários e graduados em História, mas todos os profissionais da área e afins.

Entre 22 e 27 de julho de 2001 em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, aconteceu o XXI Simpósio Nacional de História - Entre o individual e o coletivo, onde a ANPUH mostrou-se como lugar privilegiado de afirmação intelectual, intercâmbio de experiências e produção científica nos diversos ramos da área, tais como: aperfeiçoamento do ensino de História em seus diversos níveis; estudo, pesquisa e divulgação de eventos de História; defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos; defesa do livre exercício das atividades dos profissionais de História; bem como lugar privilegiado de representação da comunidade de profissionais de História diante de instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores, entidades científicas ou acadêmicas.

Só para termos uma idéia geral do XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH, que foi um dos maiores da história da Associação, foram apresentados ao todo 2045 trabalhos envolvendo 1724 autores assim distribuídos: 400 Comunicações Coordenadas; 110 Comunicações Coordenadas de GTS; 59 mesas redondas; 27 conferências e 15 cursos. Quanto aos participantes tivemos 1198 ouvintes e 668 inseritos em cursos. O total de participantes chegou a 3002 inseritos.

No Piauí, contamos com um Núcleo Regional, que possui sede no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI e está ligado à ANPUH Nacional com sede na USP-SP.

Atualmente, o Núcleo do Piauí passa por uma política de revalorização, onde acreditamos que com reuniões periódicas, eventos e publicações daremos visibilidade às nossas atividades enquanto profissionais de História.

Para se associar, procurar o Núcleo da ANPUH na UFPI - CCHL Campus Universitário Ministro Petrônio Portela Ininga - Teresina-PI  
CEP: 64.049-550  
Tel (86)971-0370  
e-mail: [anpuhpi@bol.com.br](mailto:anpuhpi@bol.com.br).

O sócio ativo recebe a Revista Brasileira de História e os Boletins Informativos da ANPUH. Além disso, o associado ganha o direito de pagar taxas menores nos eventos realizados pela Associação. Contudo, o mais importante é que, associando-se à ANPUH contribuimos para o fortalecimento de nossa área de atuação ●